

SAINDO DE CAIXAS, GAVETAS E PASTAS: uma experiência de articulação entre militância, arquivologia e ciências sociais na produção de memórias LGBT em Goiás.

Camilo Braz¹, Luiz Mello², Rodolfo Peres Rodrigues³ e Rhavena Tocach⁴

Resumo

Neste artigo, são apresentadas reflexões acerca da história do movimento LGBT no estado de Goiás (Brasil), a partir de entrevistas realizadas com ativistas e de consulta a documentos integrantes do acervo da Associação Ipê Rosa organizados digitalmente e disponibilizados para consulta pública a partir de parceria entre a ONG, o Cidarq e o Ser-Tão, ambos da UFG. Nossa intenção é a de ressaltar a relevância dessa articulação para a tentativa de produção de memórias relacionadas ao ativismo LGBT localmente.

Palavras-chave: Militância LGBT. Acervo Documental. Memória. Goiás.

Abstract

In this article, we present some reflections about the history of the LGBT movement in Goiás state (Brazil), using interviews held with activists and documents from Ipê Rosa Association's database digitally organized and made available for public consultation by a partnership between the NGO itself, Cidarq and the Ser-tão, both of which part of the UFG. Our intention is to emphasize the importance of this partnership for the attempted production of memories related to LGBT activism locally.

Keywords: LGBT Activism. Documentary Collection. Memory. Goiás.

Introdução

Este trabalho é fruto de uma investigação intitulada Movimentos sociais, direitos humanos e cidadania: um estudo sobre o movimento LGBT em Goiás, realizada pelo Ser-Tão, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade, vinculado à Faculdade de Ciências Sociais (FCS), da Universidade Federal de Goiás

¹ Professor Adjunto II, área Antropologia, da Faculdade de Ciências Sociais, e pesquisador do Ser-Tão, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade - Universidade Federal de Goiás (UFG). camilobraz@gmail.com.

² Professor Associado II, área Sociologia, da Faculdade de Ciências Sociais, e pesquisador do Ser-Tão, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade - Universidade Federal de Goiás (UFG). luizman@gmail.com

³ Arquivologista e Coordenador da Rede de Arquivos e Protocolos Setoriais do Centro de Informação, Documentação e Arquivo (Cidarq) da Universidade Federal de Goiás (UFG). rpr.gol@gmail.com.

⁴ Bibliotecária formada pela Universidade Federal de Goiás (UFG). ravena-tocach@hotmail.com

(UFG) e concluída em 2011.⁵ O desafio principal do trabalho, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG), consistiu na contextualização da dinâmica de atuação do movimento LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) no estado de Goiás, cuja primeira organização formalmente instituída, o grupo Ipê Rosa, foi fundada em 1995. O foco foi identificar os principais desafios e conquistas que integram a pauta de lutas do movimento LGBT goiano em torno de direitos sexuais e de combate à homofobia e sua articulação com outras demandas da sociedade civil local e brasileira. Ao longo da pesquisa, fez-se levantamento documental e 26 entrevistas com representantes do movimento LGBT e, em menor medida, acadêmicos e parlamentares⁶.

Uma das dificuldades enfrentadas na pesquisa foi o acesso a documentos públicos que materializem a história do movimento LGBT goiano, muitos dos quais se perderam ao longo do tempo, especialmente em função da transitoriedade das sedes dos grupos e das fragilidades dos mecanismos de arquivamento e conservação. Todavia, a equipe de pesquisa teve o privilégio de poder consultar parte do conjunto de documentos do Grupo Ipê Rosa, disponibilizado pelo ativista Marco Aurélio Oliveira, material que passou por um processo de organização, com vistas à sua disponibilização em base de dados de acesso público, a partir do trabalho realizado por profissionais do Centro de Informação, Documentação e Arquivo (Cidarq), da UFG.

Nossa intenção nesse texto é dupla: num primeiro momento, descrevemos o processo e as etapas de organização do mencionado acervo, do ponto de vista da arquivologia/biblioteconomia, destacando o lugar que essa iniciativa ocupa na trajetória e no conjunto de trabalhos do Cidarq. Em seguida, apresentamos alguns dos resultados da pesquisa, construídos a partir de uma análise socioantropológica dos documentos disponibilizados pelo Grupo Ipê Rosa, bem como de entrevistas realizadas com lideranças do movimento LGBT goiano.

⁵ Coordenada por Luiz Mello e Camilo Braz, contou com a participação de Bento Manoel de Jesus, Custódia Selma Sena do Amaral, Daniela Maroja, Débora Correa, Fátima Regina Freitas de Almeida, Fernando Matos, Helton Gomes Chaves, José Estevão Arantes, Joubert Silvestre, Leonel Cardoso, Marcelo Perilo, Rezende Bruno Avelar e Vinícios Kabral Ribeiro.

⁶ A maior parte das entrevistas foi realizada entre março de 2009 e março de 2010 e algumas poucas em fevereiro de 2011. Além de em Goiânia, os/as entrevistados/as residiam nas cidades de Anápolis, Ceres, Jataí, Quirinópolis, São Francisco e Caldas Novas.

A produção da memória LGBT em Goiás

Michael Pollak⁷ nos lembra que, se a memória é comumente tomada como algo profundamente individual ou íntimo, desde ao menos os clássicos escritos sociológicos de Maurice Halbwachs⁸, nas primeiras décadas do século XX, sabemos o quanto ela deve ser entendida também enquanto fenômeno coletivo ou social. Assim, como nos alertam James Fentress e Chris Wickham, ainda que possa ser pensada como algo “subjetivo”,

a memória é estruturada pela linguagem, pelo ensino e pela observação, pelas ideias coletivamente assumidas e por experiências partilhadas com os outros. Também isto constrói uma memória social.⁹

Além do mais, a memória deve ser compreendida, como nos termos de Pollak, como algo que muda ao longo do tempo, que se transforma. Isso não implica, contudo, que não seja possível percebermos clivagens, “marcos ou pontos relativamente invariantes, imutáveis”¹⁰ nas memórias. Assim, acontecimentos vividos, bem como pessoas ou personagens conhecidos pessoal ou coletivamente, são sempre constitutivos da memória - tanto da “individual” quanto da coletiva. Além disso, como sinaliza Pollak, são importantes os “lugares de memória”, aos quais as lembranças significativas são, em geral, ligadas.

Esses três critérios, acontecimentos, personagens e lugares, conhecidos direta ou indiretamente, podem obviamente dizer respeito a acontecimentos, personagens e lugares reais, empiricamente fundados em fatos concretos. Mas pode se tratar também da projeção de outros eventos.¹¹

O principal argumento de Pollak é o de que as contingências relacionadas à memória nos levam à ideia de que ela é, sempre, seletiva e importante na constituição das chamadas identidades sociais. E, mais importante – a memória é sempre de um fenômeno socialmente construído e sujeito, portanto, a questões

⁷ POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. Estudos Históricos, vol. 5, n. 10. Rio de Janeiro: 1992, p. 200-212.

⁸ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

⁹ FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. *Memória social: novas perspectivas sobre o passado*. Lisboa: Teorema, 1992.

¹⁰ POLLAK, Michel. Op. cit., p. 201.

¹¹ Idem, p. 202.

políticas, relacionadas a conflitos, disputas e relações de poder. Esse ponto parece ser importante na análise das identidades coletivas e liga-se diretamente à nossa pesquisa sobre movimento LGBT em Goiás. Como afirma Avtar Brah:

Identidade coletiva é o processo de significação pelo qual experiências comuns em torno de eixos específicos de diferenciação – classe, casta ou religião – são investidas de significados particulares. (...) se a identidade é um processo, então é problemático falar de uma identidade existente como se ela estivesse sempre já constituída. É mais apropriado falar de discursos, matrizes de significado e memórias históricas que, uma vez em circulação, podem formar a base de identificação num dado contexto econômico, cultural e político. Mas a identidade que é proclamada é uma re-feitura, uma construção contexto-específica. A proclamação de uma identidade coletiva específica é um processo político por oposição à identidade como processo na e da subjetividade. O processo político da proclamação de uma identidade coletiva específica envolve a criação de uma identidade coletiva.¹²

Nesse artigo, fica evidente a importância dessa relação entre a produção da memória e sua relação com a construção das identidades coletivas, das quais também participam os/as pesquisadores/as, considerando o que ensina Mariza Peirano, ao falar da pesquisa de campo etnográfica,

Para o antropólogo a articulação de experiências que vive e das quais participa, ou que reencontra como documento ou memória, de natureza, âmbito, abrangência e domínio diversos, precisa de uma âncora não apenas textual, mas cognitiva e psíquica que totalize a experiência. (...) Assim, dados são construídos, fatos são feitos.¹³

No contexto, há o que a autora chama de uma “política da teoria” nessas construções, que se relaciona com a leitura também proposta por Pollak, ao destacar que “memória e identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos”¹⁴. Um mesmo evento relativo à memória terá interpretações distintas por parte de grupos variados, uma vez que esse processo de produção da memória não é isento das relações de disputa e de poder entre tais grupos. Há, assim, um preço a ser pago, em termos do que ele chama de investimento e de risco, na “rearrumação da memória” relativa às chamadas identidades coletivas. Desse modo, temos clareza do caráter fragmentário

¹² BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, n. 26. Campinas: Unicamp, 2006, p. 372.

¹³ PEIRANO, Mariza. Onde está a Antropologia? *Mana*, v. 3, n. 2. Rio de Janeiro: 1997, p. 84.

¹⁴ POLLAK, Michel. Op. cit., p. 203.

da produção de uma memória coletiva acerca da atuação do movimento LGBT goiano a partir das fontes que utilizamos.

A questão da pluralidade perpassa, assim, a produção das memórias coletivas o tempo todo, destacando-se quanto a própria preocupação acadêmica com a memória ganha sentido em contextos históricos, sociais, políticos e culturais específicos. Para Pollak, a preocupação com a “memória nacional”, por exemplo, frequentemente vêm à tona em contextos de mudança e de clivagem. Essa perspectiva é retomada, por exemplo, por Lilia Schwarcs em sua análise da chamada “era dos museus” no Brasil do século XIX¹⁵. Além disso, podemos pensar o quanto as histórias de vida ou os relatos orais são instrumentos privilegiados para avaliar momentos de mudança, de transformação. Referem-se, assim, a uma “história do tempo presente”. Em outras palavras, como afirma Andrea Delgado, “a construção do passado pela memória é operação do presente e está envolvida na produção do futuro”¹⁶. Na mesma direção, ao comentar a obra de Norbert Elias sobre o processo civilizatório, Renato Janine Ribeiro nos lembra que, inspirando-se no trabalho de Nietzsche sobre a genealogia da moral, para Elias a questão da “memória importa não tanto pelo conhecimento que traz, mas pela ação que ela governa. O seu custo é a dor”¹⁷.

Com tais ideias, além da consciência da fragmentariedade de nosso olhar e perspectiva de análise, também fica, por outro lado, explícito nosso posicionamento político ao pretender colaborar com a construção da memória LGBT em Goiás e no Brasil. Se os registros de que dispomos apontam para experiências de dor e preconceito, também não deixam de evidenciar processos de luta e resistência. Afinal, como nos ensina James Clifford acerca dos processos de colonização,

Dizer que, devido à experiência colonial destrutiva, todas as memórias indígenas devem ser afetadas pelas histórias de contato não é o mesmo que dizer que tais histórias determinam ou exaurem essas memórias.¹⁸

¹⁵ SCHWARCS, Lilia Moritz. “Os Museus Etnográficos Brasileiros – “polvo é povo, molusco também é gente”. In: _____. *O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1993.

¹⁶ DELGADO, Andréa Ferreira. Goiás: A invenção da cidade “patrimônio da humanidade”. *Horizontes Antropológicos*, ano 11, n. 23. Porto Alegre: UFRGS, 2005, p. 136.

¹⁷ RIBEIRO, Renato Janine. Apresentação. In: ELIAS, Norbert. *O Processo civilizador – Uma História dos Costumes* (vol. 1). Rio de Janeiro: Zahar, 1994, p. 10.

¹⁸ CLIFFORD, James. “Museums as Contact Zones”. In: *Routes*. Cambridge/London: Harvard University Press, 1997, p. 193.

A criação do Centro de Informação, Documentação e Arquivo na UFG e a parceria com o Ser-Tão.

Em fevereiro de 2010, a Universidade Federal de Goiás criou o Centro de Informação, Documentação e Arquivo - Cidarq, em substituição da então Divisão de Comunicações. Essa transformação representou o início de um processo de estabelecimento de uma política de arquivos na universidade orientada por novas práticas e postulados da Arquivologia. A Divisão de Comunicações era responsável principalmente pelo protocolo de documentos, expedição de correspondências e arquivamento de processos. Atribuições operacionais e pouco preocupadas com os diferentes valores que os documentos arquivísticos assumem ao longo do seu ciclo de vital.

Na perspectiva do estabelecimento de um setor que fosse capaz de executar o repertório de soluções apresentadas pela Arquivologia e da necessária ampliação dessas atribuições, o Cidarq foi criado com a responsabilidade de planejar e desenvolver a gestão técnica da informação e de documentos de valor administrativo, acadêmico ou histórico no âmbito da universidade. Previamente ao marco legal da criação do Cidarq, a equipe da Divisão de Comunicações já desenvolvia projetos nesta perspectiva. Eles ajudaram no amadurecimento da concepção das futuras frentes de atuação, uma das quais diz respeito à sua qualidade enquanto centro de documentação que deve atender as demandas em processos de documentação dos setores acadêmicos da universidade. Essa área de atuação foi consolidada formalmente em uma atribuição prevista para o Cidarq, nos termos da Resolução-Consuni/UFG nº 2/2010:

Art. 2º [...]

Parágrafo único. [...]

IX - Desenvolver uma política de aquisição de acervos documentais de pessoas físicas ou jurídicas de interesse acadêmico, científico e cultural, tornando-os acessíveis à consulta pública promovendo a pesquisa científica.

Em novembro de 2009, ainda que previamente à criação formal do Cidarq em 2010, o Ser-Tão, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade, da Faculdade de Ciências Sociais, buscou o Centro para o estabelecimento de uma

cooperação com o objetivo de organizar, conservar preventivamente e garantir acesso público ao conjunto de documentos da ONG LGBT Associação Ipê Rosa, com sede em Goiânia.

A elaboração do plano de classificação dos documentos e a separação

Uma equipe constituída por um arquivologista e quatro estagiários das áreas de biblioteconomia, ciências sociais e letras foi responsável pelo trabalho de organização do acervo em questão. O primeiro procedimento realizado junto ao arquivo do Ipê Rosa foi o diagnóstico e teve como finalidade recolher informações gerais sobre as condições de conservação e o conteúdo do conjunto documental. Esse procedimento não se ateve a especificidades, tendo tido como unidade ou objeto de análise a organização física dos documentos tal como ela estava, como caixas, gavetas, pastas, maços ou qualquer agrupamento físico.

Sobre o aspecto da conservação, foram recolhidas informações como o estado dos materiais, tipo de suporte (papel, fotografia, etc.), quantidade (metros lineares), dimensões, gramatura dos suportes, integridade. O segundo olhar do diagnóstico recolheu informações a respeito do conteúdo do arquivo, como a data-limite, as espécies de documentos (ofício, carta, ata, panfleto, etc.), os gêneros documentais (iconográfico, sonoro, textual, bibliográfico, etc.), palavras-chaves, sem criação de tesouro específico, e a temas que se referiam estes documentos.

Todas as informações foram levantadas de forma genérica pela unidade definida no diagnóstico, o que contribuiu para o desenvolvimento dos outros procedimentos mais adiante realizados. Elas forneceram à equipe de trabalho o embasamento mínimo para decisões no momento da definição dos procedimentos de conservação e do plano de classificação. Para elaboração deste último, foram analisados o estatuto e regimento da Associação Ipê Rosa, principal documento normativo que definia suas funções e atividades. Deste documento, foram identificados os artigos que expressavam as funções/finalidades da ONG, que definiram em linhas gerais as primeiras categorias de classificação. Nos demais artigos do estatuto e regimento foram identificadas as atividades sugeridas para atingir essas funções, as quais orientaram a definição do segundo nível de

classificação. Estas subcategorias foram vinculadas de forma objetiva à categoria que representava a função da qual é atividade.

Do cruzamento entre essa prévia classificação e as informações recolhidas a respeito do conteúdo do conjunto documental, como espécies documentais e assuntos não sistematizados, foram definidas as séries documentais, terceiro nível de classificação. Na perspectiva proposta no planejamento, este nível deveria representar conjuntos de documentos de características comuns produzidos/recebidos, provavelmente de forma seriada, no exercício de uma única atividade, porém o contato com a documentação sugeriu outra solução. Este terceiro nível de classificação passou a representar uma subdivisão dos aspectos funcionais da categoria à qual ele estava vinculado.

Crítérios de acesso, disseminação e a construção do catálogo virtual do Arquivo do Ipê Rosa

Inicialmente, foi feita uma seleção de documentos relevantes com o auxílio do responsável pela disponibilização do acervo do Ipê Rosa, que veio ao Cidarq para reunião com a equipe envolvida na pesquisa. A partir daí, foram descartados para publicação alguns documentos que infringem as leis de direito de imagem, direito de produção e direito de personalidade. As fotos passaram por um processo de descrição, com a ajuda do diretor da ONG, e foram disponibilizadas na internet apenas as autorizadas pelo dono da imagem e as fotos de multidão em via pública.

No total, foram digitalizados mais de 5 mil documentos, textuais e bibliográficos em escala de cinza (alguns em cores), além de panfletos, cartazes, *folders*, fotografias em cores. Posteriormente, esse material foi devolvido à ONG, que a partir de então passou a contar com seu acervo totalmente digitalizado. E parte dele (1.195 documentos) encontra-se integralmente disponibilizada na internet para consulta pública, especialmente para pesquisadores/as que tenham interesse na questão dos movimentos sociais em geral e do movimento LGBT em Goiás e no Brasil, em particular¹⁹.

¹⁹ Esse material pode ser encontrado em <http://acervo.cidarq.ufg.br/index.php/gpkcp:isad> [Acesso em 09 de maio de 2013].

A partir dessas considerações iniciais acerca do processo de catalogação do acervo do Ipê Rosa, apresentamos a seguir reflexões e análises em grande medida construídas com base na consulta aos documentos agora publicamente disponíveis e que resgatam aspectos da história do movimento LGBT em Goiás.

Ativismo LGBT em Goiás

Ainda na década de 1980 houve em Goiânia a tentativa de formação de um grupo de militância homossexual, denominado Triângulo Rosa, constituído dentro do Partido dos Trabalhadores (PT). O movimento LGBT surge efetivamente em Goiás, porém, apenas em meados dos anos 1990, quando grande parte dos primeiros grupos de ativismo propriamente LGBT surge no Brasil, no contexto já posterior ao advento da luta contra a aids²⁰.

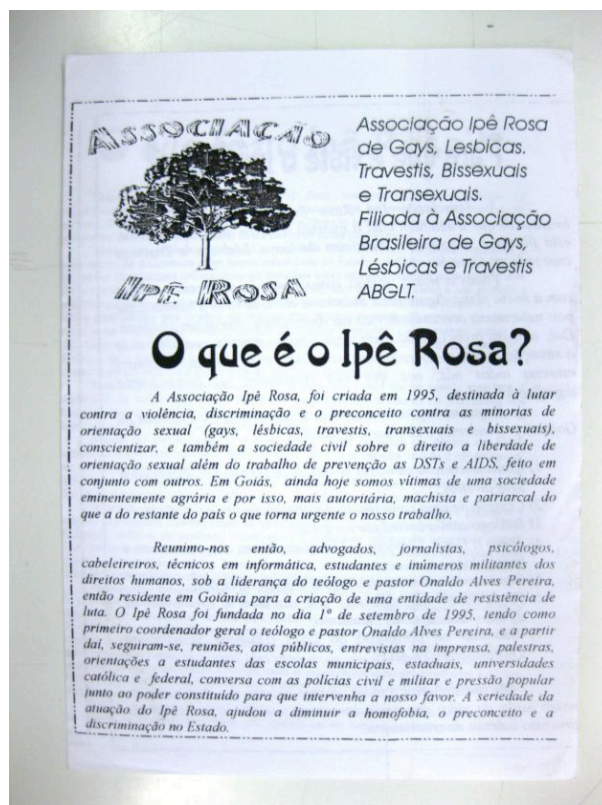
Assim, o surgimento do movimento LGBT em Goiás está associado ao enfrentamento da epidemia da aids, num cenário local de incipiente visibilidade dos estudos sobre homossexualidade nas universidades, de representações geralmente negativas de pessoas LGBT na mídia, de ampliação crescente do mercado segmentado voltado a essa população e de estreitamento cada vez maior das relações entre o movimento LGBT e o Governo Federal, por meio do Ministério da Saúde²¹.

Como mostra Mello²², o ano de 1995 pode ser tomado como marco para o movimento LGBT brasileiro, tendo em vista a fundação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), a realização da Conferência da International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association (ILGA), no Rio de Janeiro, bem como a apresentação, pela então Deputada Marta Suplicy, do Projeto de Lei nº 1.151, que dispõe sobre a parceria civil registrada entre pessoas do mesmo sexo – uma das bandeiras de luta principais do movimento LGBT brasileiro ao longo de muitos anos.

²⁰ FACCHINI, Regina. “Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do Movimento LGBT brasileiro”. *Revista Bagoas*, n. 04. Natal: UFRN, 2009, p. 131-58; MACHADO, Frederico Viana. *Muito além do arco-íris. A constituição de identidades coletivas entre a sociedade civil e o Estado*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

²¹ BRAZ, Camilo e MELLO, Luiz. "Éramos 9 gays, 20 policiais e a imprensa local" - narrativas (de) militantes sobre as paradas do Orgulho LGBT em Goiás. In: PASSAMANI, Guilherme Rodrigues (Org.). *(Contra)Pontos: ensaios de gênero, sexualidade e diversidade sexual. O combate à homofobia*. Campo Grande: Editora da UFMS, 2012, p. 33-47.

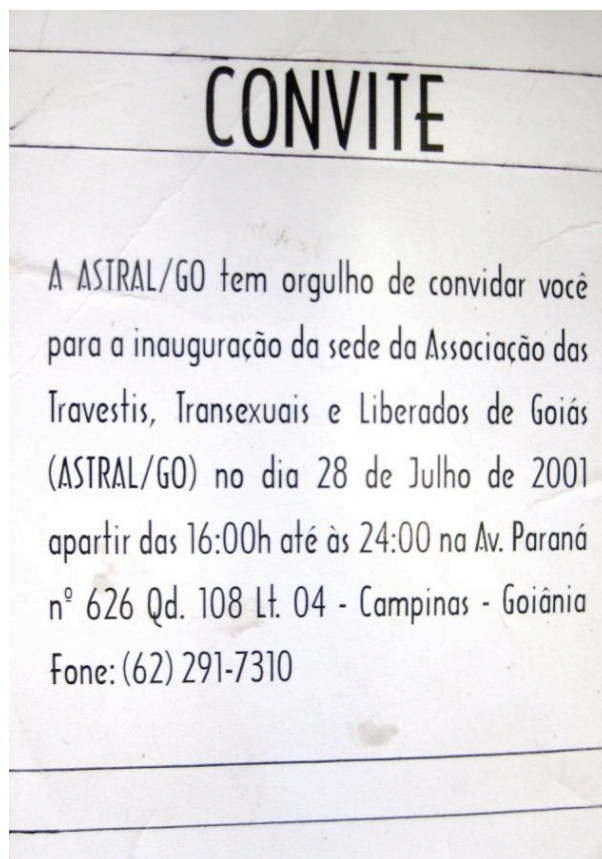
²² MELLO, Luiz. *Novas famílias: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.



[Acervo Ipê Rosa]

O primeiro grupo LGBT formalmente constituído no estado de Goiás, citado por praticamente todas/os as/os entrevistadas/os, foi a Associação Ipê Rosa, criada justamente em 1995. É a partir dele que surgiram outros grupos, como destacado no trecho de entrevista abaixo:

O primeiro grupo foi um grupo misto, Ipê Rosa, do qual eu participei da fundação inclusive. Era um grupo que a idéia era representar toda a gama de orientação sexual: homossexual, bissexual e também as identidades de gênero de travestis e transexuais. Num segundo momento, houve o problema da partidarização do movimento social. e então, um grupo de pessoas, na época ligadas ao PT, resolveu sair do Ipê Rosa, e fundar a Associação Goiana de Gays, Lésbicas e Travestis, a AGLT. Posteriormente, as travestis acharam por bem fundar o seu grupo hegemônico, que é a ASTRAL. E as lésbicas naquela ocasião também fundaram um Grupo de Lésbicas de Goiás, mas que não andou, não foi pra frente. E, posteriormente, a gente foi vendo outros grupos, grupos de surdos, o grupo Colcha de Retalhos, na Universidade Federal de Goiás, alguns grupos satélites que eventualmente apareceram, [...] [Ativista].



[Acervo Ipê Rosa]

É preciso pontuar que a existência das divergências que levam a cisões e criação de novos grupos não é exclusividade do movimento LGBT, tanto em Goiás quanto em outros estados. Uma vez que é constitutivo de qualquer campo, no sentido atribuído por Bourdieu²³, conflitos entre sujeitos que disputam posições de prestígio. Quando analisou a trajetória do grupo paulistano Somos, surgido em 1978 e considerado o primeiro grupo brasileiro em defesa dos direitos de lésbicas e gays, Edward MacRae²⁴ já nos falava sobre os famosos “rachas” entre seus membros. Acerca disso, no prefácio à obra, Peter Fry afirma que o principal ensinamento do estudo de MacRae é que

Os militantes não eram tão iguais assim: uns falavam melhor que outros, assim dominando as reuniões e influenciando mais na tomada de decisão. As mulheres e os negros homossexuais logo se sentiram suficientemente diferentes para formar seus próprios grupos buscando escapar do machismo e racismo dos outros para poder ‘melhor trabalhar suas

²³ BOURDIEU, Pierre. “O campo científico”. In: ORTIZ, Renato (org.). Bourdieu – Sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

²⁴ MACRAE, Edward. *A construção da igualdade – identidade sexual e política no Brasil da abertura*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

condições específicas'. Havia também uma intensa disputa entre aqueles ligados aos partidos políticos e aqueles que acreditavam na necessidade de manter a todo o custo a autonomia do movimento homossexual".²⁵

Desse modo, a partir de demandas identitárias específicas e perfis de participantes segmentados, surgiram como parte do movimento LGBT goiano, por exemplo, os grupos Oxumaré – Direitos Humanos Negritude e Homossexualidade, em 2003, e Colcha de Retalhos – a UFG saindo do Armário, em 2005. Esta criação de grupos formados por ativistas negros/as e estudantes universitários/as também ocorre em outras partes do Brasil. Neste sentido, destaca-se a Rede Nacional de Negras e Negros Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Rede Afro LGBT), fundada no 1º Encontro Nacional de Ativistas LGBT Afrodescendentes, realizado em novembro de 2005, em Brasília. Cabe destacar também a realização anual, desde 2003, do Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual (ENUDES), organizado por grupos universitários LGBT.

O Oxumaré surgiu a partir do interesse, por parte de algumas pessoas oriundas do Ipê Rosa, pelo combate à homofobia e ao racismo concomitantemente, como nos conta um de seus fundadores:

A gente no Ipê já tinha a discussão da necessidade da discussão da negritude, do combate ao racismo, que a gente sentia dentro do próprio grupo uma discriminação muito grande com os gays negros ou com negros que chegavam na nossa atuação, na nossa área de atuação, né? Então existia uma discriminação muito grande. (...) Então já existia essa necessidade de, esse interesse. Aí quando é... eu saí do Ipê, em 2003, e junto vieram outras pessoas, logo depois a gente [falou] 'não, vamos nos organizar e aí vamos criar o grupo que vai trabalhar a questão da negritude e a questão da homossexualidade'. (Ativista).

Já o grupo Colcha de Retalhos – A UFG saindo do armário surgiu a partir da iniciativa de um grupo de alunos/as da Universidade Federal de Goiás (UFG), em 2005. Ele foi criado como um espaço de debate sobre diversidade sexual e, posteriormente, constituiu-se como um grupo de enfrentamento à homofobia dentro – e fora – da universidade. Segundo um de seus integrantes, a atuação do grupo mudou gradativamente com o passar do tempo e com as demandas que surgiam:

²⁵ FRY, Peter. Prefácio. In: MacRae, Edward. *Ibidem*, p. 12.

A gente sempre era focado mais na UFG e depois (...) começaram os movimentos contra atos de homofobia em bares, em shoppings, em locais [...] É também via articulação com alguns grupos dentro da UFG contra o preconceito, né? Pra poder discutir de forma geral ou grupos LGBT de fora, né? Então a gente chegou a fazer uma participação na construção de uma parada, em alguma atividade... também teve uma participação na Conferência de Políticas Públicas pra LGBT. (Ativista).

Já o grupo Lilases - Articulação Feminista Lésbica de Goiânia começou como um espaço de mulheres lésbicas e bissexuais dentro do grupo Colcha de Retalhos, em 2007, e depois tornou-se autônomo, tendo reunido também mulheres oriundas de outros grupos. É relevante citar que parte significativa de suas integrantes havia passado por cursos de formação feminista oferecido pelo grupo Transas do Corpo, ONG feminista que atua desde a década de 1980 em Goiânia. Segundo material de divulgação de atividade promovida pelo grupo, o Lilases se definia como:

uma organização política feminista, apartidária, antiracista e laica, que luta pela emancipação das lésbicas, tendo por objetivos: a formação política das mulheres lésbicas e bissexuais; a formulação, proposição e controle social das políticas públicas que garantam os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres lésbicas (Folder de divulgação do 2º Festival de Cinema Lésbico – Acervo Ipê Rosa).

Movimento LGBT no interior goiano

Grande parte dos grupos LGBT criados no interior de Goiás tiveram seu início a partir do Projeto Somos. Apoiado financeiramente pelo Programa Nacional de Aids (atualmente, Departamento Nacional DST, Aids e Hepatites Virais), do Ministério da Saúde, o Somos passou a fomentar a formação de novos grupos LGBT desde 1999, em todas as regiões geográficas do Brasil, particularmente com o objetivo de estimular a prevenção à epidemia de hiv/aids por meio de ações da sociedade civil dirigidas a gays e outros HSH (homens que fazem sexo com homens), vítimas prioritárias das contaminações. Em Goiás, o projeto foi realizado a partir da AGLT e tinha o objetivo de contribuir para a redução da incidência de infecção hiv/aids e de outras doenças sexualmente transmissíveis (DST), bem como a promoção da cidadania, junto à população de gays e outros HSH, por meio do fortalecimento institucional dos grupos que trabalham com essa população.

Segundo as entrevistas, surgiram neste contexto organizações não-governamentais LGBT nas cidades de Jataí, Anápolis e Caldas Novas. Outros/as

entrevistados/as afirmaram que, para acompanhar a formação que essas militantes do interior receberam, havia também o chamado “kit Somos”. De acordo com um ativista, ele seria composto de

um modelo de estatuto, um modelo de carta encaminhando pro cartório, um modelo de ata e o compromisso de receber um modelo de projeto já, um formato já aprovado pelo projeto Somos, de R\$ 5.000. (Ativista).

Há várias críticas ao Projeto Somos. Para alguns/algumas, ele buscava criar ONG “a toque de caixa”, não partindo ou dialogando diretamente com as necessidades ou demandas locais. O interior teria suas singularidades em relação à capital e às cidades de maior porte, sugerindo que deveria ter sido feito um trabalho mais específico e voltado para as realidades locais, quando se pensava em fortalecer o ativismo LGBT em distintas partes do país:

Eu acho que a gente só precisa de ter uma... um trabalho específico para os interiores, mas um trabalho mais específico mesmo, não misturar interior com capital. Porque muitas coisas que a gente aprendia nesses congressos era sempre ligado para o que eles viveram e vivem nas cidades grandes e que, quando a gente vai botar em prática aqui, não tem como. (Ativista).

Entretanto, militantes do interior também apontaram que muitas vezes o que aprenderam com a formação/capacitação do Projeto Somos teve muita utilidade em seus contextos de atuação.

Eu comecei a... o que eu aprendi lá, essas táticas do... da conversa em pares, esse lidar com as pessoas, eu fui trazendo pra cá em pequenos grupos. (...) Então, é aquela questão, eu aprendi lá, mas eu não guardei pra mim, a gente vai revertendo, assim, levando pra outras pessoas tudo o que eu aprendi lá e não só no âmbito homossexual não. (Ativista).

Cabe mencionar a existência de um desdobramento do Projeto Somos, chamado “Somos Lés”, que buscava capacitar exclusivamente mulheres. Outras questões apontadas por militantes do interior foram as dificuldades de continuidade do movimento em suas cidades, tanto no que diz respeito à formação de pessoas para atuar no movimento quanto no que toca aos problemas financeiros (que compromete a continuidade do trabalho das ONG). Além disso, foram mencionadas dificuldades para formar parcerias (por exemplo, com Secretarias de Governo e outros

movimentos sociais), bem como os obstáculos atribuídos ao supostamente maior “conservadorismo” ou “tradicionalismo” existente no interior de Goiás, em comparação com a capital.

Exemplos de marcos históricos do movimento LGBT em Goiás: Paradas do Orgulho

Foram mencionados por entrevistados/as marcos variados na trajetória do movimento LGBT em Goiás. As narrativas, importantes para essa tentativa de colaborar com a produção de uma memória, remetem a variados eventos e lugares. Como nos lembra Mariza Peirano, tais momentos ritualizados são importantes, uma vez que

O verdadeiro foco de contratação de uma cultura pública encontra-se na arena e festividades ligadas a características da vida comunitária, associada com a literatura, recitações, textos, sagas, mitologias e teatro popular, que comemoram e decretam política e socialmente as memórias e as preocupações das coletividades no lugar por um longo tempo.²⁶

Como nossa intenção é a de trazer tais registros iluminados por materiais contemplados no processo de organização do acervo do Grupo Ipê Rosa, realizado pelo Cidarq/UFG, acreditamos que seja estratégico focar nas Paradas do Orgulho, considerando que há registros de diversas edições desta modalidade de evento, que assume lugar central no ativismo LGBT, no estado e no Brasil, como destacado por um ativista entrevistado:

No Brasil, nós temos algo em torno de duzentas paradas no país inteiro. Então, assim, eu acho que é um salto muito grande. Porém, o meio LGBT tem que entender que uma parada não é simplesmente um trio elétrico tocando na rua, com um monte de gente dançando e olhando os boys em cima dos carros, não! A parada é uma, é um ato cívico, é um ato de protesto. (Ativista)

De acordo com Isadora Lins França, os eventos relacionados à celebração do Orgulho LGBT, denominados de Paradas, ganharam força no movimento social brasileiro em meados da década de 1990, “marcada como um período de

²⁶ PEIRANO, Mariza. “Rituais como estratégia analítica e abordagem etnográfica”. In: *O Dito e o Feito*, ensaios de antropologia dos rituais. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002, p. 19.

reflorescimento e de muitas transformações nas dinâmicas internas do movimento e no seu contexto externo”²⁷. Dentre essas transformações, a autora destaca a crescente influência de iniciativas do Estado, tais como o financiamento de projetos de prevenção a DST-aids, o fortalecimento do mercado segmentado a gays, lésbicas e “simpatizantes” nos grandes centros urbanos e a atuação da mídia, como fatores importantes para a onda de visibilidade do movimento e da homossexualidade na década de 1990.

Especificamente em relação a Goiás e à atuação dos grupos LGBT locais, a partir de pesquisa no acervo documental da Associação Ipê Rosa, encontramos projetos e relatórios de realização das seguintes paradas do orgulho LGBT: 1) Projeto e Relatório de Realização da VI Parada Gay de Goiânia – Goiás – 2002 (Associação Ipê Rosa, Grupo Labris – Lésbicas e Simpatizantes, ABGLT e Articulação Nacional de Transgêneros); 2) Projeto e Relatório de realização 1ª Parada Unificada do Orgulho GLBT de Goiânia/7ª Semana Cultural da Diversidade Humana – 2003 (Associação Ipê Rosa); 3) Projeto e Relatório de realização da 9ª Parada do Orgulho GLTTB de Goiânia – 2005 (Associação Ipê Rosa); 4) Projeto da 10ª Semana Cultural da Diversidade Humana e 11ª Parada do Orgulho GLBT de Goiânia – 2007 (Fórum Goiano de Luta contra a Aids); 5) Projeto da 2ª Parada do Orgulho GLTB de Caldas Novas e da 3ª Parada do Orgulho GLTB de Quirinópolis – 2006 (Associação Ipê Rosa). A breve caracterização das paradas apresentada a seguir foi construída a partir destes documentos e de relatos das ativistas entrevistados/as.

No dia 28 de junho de 1996, fazendo memória de Stonewal²⁸, aconteceu na Praça Cívica um ato público que entrevistados/as consideraram como sendo a I Parada do Orgulho LGBT de Goiás, embora não tenha recebido esse nome naquele momento. A manifestação contou, nas palavras de algumas ativistas, com a presença de “9 gays, 20 policiais e a imprensa local”, e foi articulada a partir da ação de

²⁷ FRANÇA, Isadora Lins. *Cercas e pontes. O movimento GLBT e o mercado GLS na cidade de São Paulo*. Dissertação de mestrado, Antropologia Social. São Paulo: USP, 2006, p. 80.

²⁸ A celebração do dia 28 de junho como Dia do Orgulho Gay (e mais recentemente LGBT) reporta-se aos conflitos ocorridos em Nova Iorque, em 1969, quando lésbicas, gays, travestis e transexuais frequentadoras do bar Stonewall Inn e imediações resistiram a uma das sistemáticas batidas policiais no local, numa luta campal que durou duas noites e dois dias. A partir deste episódio, 28 de junho tornou-se um marco do movimento LGBT internacional contemporâneo, comemorado com a realização de “paradas” em um número crescente de países, especialmente no mundo ocidental. Já as origens do Dia de Combate à Homofobia remonta a 1990, quando, em 17 de maio, a Assembleia Mundial da Saúde, órgão máximo da Organização Mundial da Saúde (OMS), decidiu excluir a homossexualidade da Classificação Internacional de Doenças.

integrantes da Associação Ipê Rosa e do Grupo Pela Vidda²⁹. O evento consistiu em um abraço desses nove corajosos rapazes ao Monumento às Três Raças, que se encontra no centro dessa que é a principal praça da capital goiana. Nas palavras de um dos entrevistados:

Tem uma reação muito grande do Estado, parecia que ia sair oitenta mil pessoas, parecia que oitenta mil pessoas, pela reação do Estado, iam ocupar a Praça Cívica, iam desmontar o monumento das Três Raças. Só que não era nada disso, né, eram só nove gays com um monte de panos coloridos. (Ativista).



[Foto no jornal Cinco de Outubro, de julho/1996. Acervo Ipê Rosa]

²⁹ Grupo criado em 1987 em Goiânia, que atua em prol de pessoas infectadas pelo vírus da aids.



[Foto no jornal Cinco de Outubro, de julho/1996. Acervo Ipê Rosa]

A frase “Parada do Amor - Orgulho Gay GLBT” era a chamada para a II Parada de Goiânia que aconteceu em 28 de junho de 1997, agora na Praça do Bandeirante, situada na Avenida Anhanguera, uma das áreas centrais da cidade. Segundo consta na escassa documentação disponível no acervo do Grupo Ipê Rosa, o evento teve a participação de 20 gays, 10 simpatizantes e populares que transitavam pelo local.

Nos anos seguintes, a parada cresceu em proporções, a despeito das intensas dificuldades materiais e logísticas enfrentadas por um grupo reduzido e aguerrido de ativistas responsável pela organização dos eventos. Talvez não seja demais dizer também que, em muitos momentos, a organização das paradas foi objeto de intensas disputas de poder entre grupos e lideranças, que buscavam o protagonismo na organização das atividades e na relação com o Poder Público.

A III Parada LGBT goianiense aconteceu no dia 28 de junho de 1999, no Bosque dos Buritis, e segundo os/as organizadores/as contou com a participação de 1500 pessoas. Já no ano 2000, foi realizada a IV Parada do Orgulho na Rua do Lazer, com a presença estimada de 800 pessoas. Em 28 de junho de 2001, ocorreu a V Parada LGBT, com a presença cerca de 2000 pessoas.

Em junho de 2002, as atividades relativas à celebração do Dia do Orgulho GLBT se ampliaram. Outra vez na Rua do Lazer, localizada no bairro Centro, a VI

Parada Gay de Goiânia teve como *slogan* “Orgulho de ser gente” e passou a integrar a “Semana da Diversidade”, que promoveu um conjunto de atividades no período de 17 a 29 de junho, a exemplo de apresentações artísticas, oficinas, mostra de vídeos, rodas de conversas e outras ações de conscientização, reunindo, no conjunto das atividades, aproximadamente 15 mil pessoas. Foram treze dias intensos de atividades, que culminaram com a Marcha que aconteceu no dia 29 de junho. A Parada foi organizada pela Associação Ipê Rosa, à qual se vinculava o Núcleo de Mulheres Labris, e contou com apoio do Fórum Goiano de Luta contra Aids/DST, Fórum Goiano de Mulheres, o Conselho Estadual de Direitos Humanos e a Coordenação Nacional de DST/AIDS, entre outros. Foi a primeira vez que o Ministério da Saúde apoiou a realização de uma parada no estado de Goiás, como destacado por um ativista:

(..) em 2002, quando foi realizada a 6ª Parada LGBT em Goiânia, a primeira financiada pelo Ministério da Saúde (...). Logo depois, o Ministério da Cultura entrou pra financiar ação dentro das Paradas, né, mas a primeira vez foi o Ministério da Saúde. E foi em 2002. (Ativista).

De 22 a 28 de junho de 2003, também na Rua do Lazer, realizou-se a “Semana Cultural da Diversidade Humana”, que antecedeu a VII Parada do Orgulho GLBT, cujo *slogan* foi “Unidos Somos Mais Fortes”. Essa parada outra vez mudou de local, transferindo-se pela primeira vez a concentração e encerramento para o Parque Bosque Botafogo, na Avenida Araguaia, tendo recebido o nome de “1ª Parada Unificada do Orgulho GLBT de Goiânia”, com 3000 participantes, realizada no dia 29 de junho, sob organização dos grupos Ipê Rosa, AGLT e ABGLT, numa parceria inédita, já que, nos anos anteriores, a parada foi organizada apenas por um grupo.

Em 2004, segundo informação coletada no site do CMI - Centro de Mídia Independente, a Parada reuniu cerca de 3 mil pessoas³⁰. Ela aconteceu no dia 27 de junho, tendo sido chamada de II Parada Unificada do Orgulho Gay de Goiânia (se incluídas as paradas anteriores, antes da unificação, esta seria a VIII Parada).

No que diz respeito à IX Parada do Orgulho GLBT de Goiânia, realizada em 2005, a coordenação ficou a cargo da Associação Ipê Rosa, mas com a participação

³⁰ <http://prod.midiaindependente.org/pt/blue/2004/07/284971.shtml> [Acesso em 25 de julho de 2011].

de vários grupos - AGLT, ASTRAL, ADGLT, Oxumaré, Fórum Goiano de Luta contra a Aids e Colcha de Retalhos -, com apoio financeiro dos Ministérios da Cultura (foi a primeira vez que um Ministério não ligado diretamente à questão da saúde financiou uma Parada em Goiânia) e da Saúde e Secretarias Estadual e Municipal de Saúde.. Com o *slogan* “Direitos iguais, nem mais, nem menos”, as atividades começaram com a 9ª Semana Cultural da Diversidade Humana, na Rua do Lazer, e terminaram com a marcha, tendo concentração e término no Parque Bosque Botafogo e caminhada pelo centro da cidade. Participaram das atividades da Semana Cultural aproximadamente 8.000 pessoas e da Parada, 23.000 pessoas.

A X Parada do Orgulho GLBT aconteceu no dia 2 de julho de 2006, com início e término nas imediações do Bosque Botafogo. Teve como *slogan* “Orgulho sim, preconceito não. Homofobia é crime”. Ainda nesse ano, entre os dias 3 a 10 de novembro aconteceu a 10ª Semana da Diversidade Cultural, na Rua do Lazer, com o objetivo de dar visibilidade à diversidade da produção cultural e artística da comunidade GLBT. Organizada pela AGLT - Associação Goiana de Gays, Lésbicas e Transgêneros, em parceria com os grupos Ipê Rosa, Eles por Eles, Afrogay - Associação dos Afrodescendentes Gays do Estado de Goiás, AGLBTS-GO - Associação Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais surdos de Goiás, Astral – Associação de Travestis do Estado de Goiás, ADGLT - Associação Desportiva de Gays, Lésbicas e Transgêneros, Colcha de Retalhos, FGLCA - Fórum Goiano de Luta contra a Aids, GLG – Grupo Lésbico de Goiás, Maria Retalho e Oxumaré - Direitos Humanos de Negritude e Homossexualidade, sendo pelo Programa Nacional de DST/Aids (Ministério da Saúde) e também pelo Ministério da Cultura, além de estabelecimentos comerciais direcionados ao público lésbico-gay, a exemplo das boates Jump e Diesel e das saunas Thermas Botafogo e Très Chic, e do *site* Disponível.Com e do Cine Apolo. Esse apoio do mercado ao evento também é sinalizado por ativistas.

as...casas e bares gays e lésbicos de Goiânia (...) se mobilizam pra ajudar na organização da parada porque sabem que vão ter muito lucro com isso, né? (Ativista).

De 22 a 27 de outubro de 2007, aconteceu no Centro Municipal Goiânia Ouro a “VIII Semana da Diversidade Cultural GLBTT de Goiânia”, cujo *slogan* foi “Por um mundo sem machismo, racismo e homofobia – Normal é ser diferente”. Ao final

da semana, 29 de outubro, nas imediações do Bosque Botafogo, teve início a XI Parada do Orgulho GLBTT de Goiânia. A organização da Parada foi pela primeira coordenada pelo Fórum de Ongs Aids do Estado de Goiás, com apoio dos grupos Ipê Rosa, Lilases, Colcha de Retalhos, além da Prefeitura de Goiânia e do Ministério da Cultura.

No dia 23 de setembro de 2008, foi realizada a XII Parada do Orgulho LGBT da capital goiana, com o tema "Nós também votamos, pela Garantia de Direitos". Em comunhão com as decisões da 1ª Conferência Nacional LGBT, também na Parada desse ano a sigla passou do uso GLBT para LGBT, invertendo a ordem de maneira a explicitar a dupla opressão que atinge as mulheres lésbicas na sociedade e no próprio movimento LGBT organizado.

Em 2009, foi realizada a 8ª Semana da Diversidade Sexual e Cultural LGBT, de 30 de junho a 03 de julho, tendo como tema “Contra a homofobia na defesa do cerrado”, organizada pelos grupos Oxumaré e Ipê Rosa, com apoio da SEMIRA. Já a XIII Parada do Orgulho LGBT de Goiânia ocorreu no dia 06 de setembro de 2009, com concentração no Parque Bosque Botafogo e marcha pelas principais ruas do centro da cidade, mobilizada em torno do *slogan* “Criminalização da homofobia, união estável e nome social”. Nesse ano, a coordenação dos trabalhos de organização da parada esteve sob responsabilidade do Fórum de Transexuais de Goiás. O número de participantes estimado foi de 50 mil pessoas. As duas imagens abaixo são do evento.

Por fim, no dia 5 de setembro de 2010, ano final do levantamento de dados da nossa pesquisa, foi realizada a XIV Parada do Orgulho LGBT de Goiânia, sob o *slogan* “Nosso voto, nossa força, por um Brasil sem Homofobia”. A realização do evento foi coordenada outra vez pelo Fórum de Transexuais de Goiás e a comissão organizadora foi composta pelos seguintes grupos: AFROGLBT – Rede de Ativistas Negras e Negros LGBT, ALEGO (Associação de Lésbicas de Goiás), APOGLBT-GO (Associação da Parada do Orgulho GLBT de Goiás), ASTRAL-GO (Associação de Travestis do Estado de Goiás), Grupo Colcha de Retalhos (UFG), Flor de Lis (Trindade), Igreja I.R.I.S (Igreja Renovada Inclusiva para a Salvação) e Nação Maria Retalho. Note-se que a despeito da existência da APOGLBT-GO, a coordenação do evento ficou a cargo de um grupo específico. O apoio financeiro veio do Escritório sobre Drogas e Crimes das Nações Unidas (UNODC) e do Ministério da Saúde. Como no ano anterior, a

concentração se deu no Parque Bosque Botafogo e a Parada reuniu aproximadamente 70 mil pessoas.

Apesar de se perceber a velha dicotomia entre “festa” ou “política”³¹, a maioria dos/as entrevistados/as destacou a importância das Paradas do Orgulho LGBT e seu valor como instrumento de unificação do movimento LGBT em Goiás. E não apenas por isso, mas pela questão do destaque que dá ao movimento e às suas demandas, bem como à população cujos direitos de cidadania se pretende reivindicar. Há que se destacar como elementos importantes que caracterizam esses eventos a) rotatividade de grupos que assumem protagonismo na sua organização, contando com o apoio de outros grupos LGBT, em maior medida, mas também de outros segmentos da sociedade civil; b) mudança dos locais de concentração da marcha ao longo dos anos, mas sempre em áreas centrais da cidade; c) apoio financeiro governamental, ainda que escasso, imprescindível para as despesas mais substantivas, sempre obtido por meio de apresentação de projetos nos termos previstos em editais do Ministério da Saúde e mais recentemente da Cultura; e d) tentativa de inserção da parada num contexto mais amplo de discussão cultural e política dos direitos de pessoas LGBT, na forma de Semanas de Diversidade Sexual e outros títulos afins.

A exemplo do que acontece em Goiânia, e seguramente com dificuldades redobradas diante do conservadorismo local, ativistas do movimento LGBT do interior do estado de Goiás têm buscado parcerias para a realização das Paradas do Orgulho LGBT em suas cidades. Tal processo iniciou-se na primeira metade dos anos 2000 e contou com apoio de ativistas de grupos da capital, especialmente os/as vinculados/as ao Projeto Somos:

[o que viabilizou que a Parada de Ceres de 2005 ocorresse?]

Foi um projeto. Na época foi o Somos, a gente estava até no Projeto Somos e a AGLT resolveu, devido a essa interiorização do movimento, resolveu escrever um projeto pro Ministério da Saúde, Ministério da Cultura onde eles queriam fazer as paradas, as três paradas nas cidades do interior, né? Então, foi viabilizado via AGLT. (...) Eles deixaram a gente realmente fazer a nossa Parada de acordo com a cara da nossa cidade e de acordo com o que a nossa cidade comportava. Isso eu achei muito interessante porque eles não optaram em nada, eles deixaram a gente fazer. Então, foi graças a eles que esse projeto fluiu. (Ativista).

³¹ FRANÇA, Isadora Lins. Op. cit.

A despeito de alguma controvérsia quanto à primeira cidade do interior de Goiás que teria realizado uma parada do orgulho LGBT, parece que a pioneira ocorreu em Quirinópolis, em 2004. Eventos similares foram organizados posteriormente em Caldas Novas, Anápolis e Ceres, no ano de 2005. Em Valparaíso, as Paradas do Orgulho LGBT acontecem desde 2006. Em Jataí, começaram a ser realizadas em 2006. Em 2009, foram promovidas Paradas LGBT em Planaltina de Goiás e Aparecida de Goiânia. Já em Senador Canedo, a primeira Parada ocorreu em 2010.

Chama a atenção o quanto os/as entrevistados/as do interior do estado, quando questionados/as acerca das principais conquistas do movimento LGBT em suas cidades, frisaram em primeiro lugar a realização das Paradas do Orgulho.

Marcante pra gente aqui em Anápolis foi a primeira Parada LGBT, pelo menos pra mim, né, que a gente não esperava o público que teve. E, assim, a gente, a primeira mesmo, a gente, acho que não soube trabalhar e aí a gente fez uma movimentaçãozinha lá na praça e chamou atenção de algumas pessoas. Agora, a primeira que a gente considera mesmo, que foi, teve um grande número, foi pra mim emocionante, porque eu não esperava ter aquele público todo. É... isso foi a primeira Parada LGBT que nós realizamos, seminário e tal, eu não esperava que aqui em Anápolis a gente fosse conseguir alcançar. (Ativista).

Ah, o marcante, no caso de Jataí, foi a realização dessa, da primeira Parada em 27 de julho de 2006. Foi marcante, as pessoas não esqueceram aquilo. Nós, enquanto organizadores, nós tivemos um medo enorme da reação das pessoas. (...) Inclusive eu fiz questão de fazer matérias pra jornais na época com fotos mostrando é... famílias, o pai, a mãe e filhos assistindo a shows artísticos na Parada e com depoimentos de pais de famílias hétero dizendo que adoraram, acharam interessante. (Ativista).

Assim, se os/as entrevistados/as do interior ressaltaram que há muitas continuidades nos processos de exclusão social que comprometem a cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais³² em Goiânia e no interior do estado, ao mesmo tempo ressaltam o quanto algumas iniciativas do movimento LGBT local, como a realização das Paradas do Orgulho e outras manifestações em prol da visibilidade, reverberam positivamente nas condições de vida para a população LGBT, incidindo em processos, ainda que lentos, de mudança, mesmo em municípios muito pequenos, em termos populacionais e econômicos.

³² É importante destacar que tais processos atuam de maneiras distintas em função das especificidades de cada um desses grupos identitários.

Eu sempre gosto de frisar, a gente foi a menor cidade do mundo a fazer uma Parada Gay, entendeu? E isso foi até registrado pela G Magazine na época, né? A menor cidade do mundo a fazer uma Parada Gay (Ativista).

Considerações Finais

Neste artigo, apresentamos reflexões produzidas a partir de entrevistas com ativistas LGBT de Goiás e de consulta a material documental disponibilizado publicamente por meio de parceria entre o Cidarq-UFG, a ONG Ipê Rosa e o Ser-Tão, que permitiu resolver, ao menos em parte, uma das maiores dificuldades enfrentadas por pesquisadores/as interessados/as na memória da atuação de movimentos sociais no Brasil: a ausência de documentos disponíveis, de maneira ordenada e organizada, para consulta pública. A escassez de recursos financeiros, materiais e mesmo humanos talvez seja uma das principais razões para que, em tempos anteriores ao predomínio da internet, houvesse expressiva dificuldade para conservação de documentos que permitam a produção de memórias de resistência à opressão sexual e de gênero no Brasil.

Acreditamos que esse processo de produção da memória LGBT é relevante, por vários motivos. Seguindo Gabriele dos Anjos, acreditamos que a produção da memória coletiva nas sociedades contemporâneas “configura-se como uma forma específica de dominação simbólica”³³. A autora nos remete novamente a Pollak, que em seus estudos sobre a homossexualidade sublinha as possibilidades e dificuldades de comunicar experiências que fogem à moral e ao senso comum e à gestão do que se fala, segundo o público. Como diz a autora,

Trata-se, da mesma forma, da gestão da memória e da identidade social conforme o contexto. Tais estudos sugerem a investigação tanto das condições sociais que possibilitam o falar publicamente sobre uma identidade interdita como as formas pelas quais se procura torná-la aceitável.³⁴

No limite, a narrativa que apresentamos evidencia a importância da atuação do movimento LGBT para processos contemporâneos de mudança social e cultural,

³³ ANJOS, Gabriele dos. Homossexualidade, direitos humanos e cidadania. *Sociologias*, ano 4, nº 7. Porto Alegre: jan/jun 2002, p. 119.

³⁴ *Ibidem*, p. 224.

por meio da visibilização positiva em torno da homossexualidade e de expressões de gênero dissidentes em relação à heteronormatividade. E, ainda que tenhamos que considerar tais relações como contingentes, mostra a relevância da memória para a afirmação performativa das identidades políticas. Afinal,

Quando recordamos, elaboramos uma representação de nós próprios para nós próprios e para aqueles que nos rodeiam. Na medida em que a nossa “natureza” – o que realmente somos – se pode revelar de um modo articulado, somos aquilo de que nos lembramos. Sendo assim, então um estudo da maneira como nos lembramos – a maneira como apresentamos nossas memórias, a maneira como estruturamos as nossas identidades pessoais e colectivas através das nossas memórias, a maneira como estruturamos as nossas ideias nas nossas memórias e a maneira como transmitimos essas memórias a outros – é o estudo da maneira como somos.³⁵

Apesar de ainda haver no trecho acima uma preocupação com o que “realmente somos”, que pensamos ser questionável, ele não deixa de fazer sentido para quem se interessa pelo estudo dos processos contemporâneos de construção performativa de modos alternativos de existência e de afirmação política. Ainda que eles devam ser sempre tomados como situacionais e conflituos, é por meio deles que podemos vislumbrar processos necessários de mudança social e cultural.

Além de registrar brevemente o trabalho realizado pelo Cidarq, a partir do campo de conhecimento da arquivologia, com este artigo pretendemos contribuir para a construção de uma narrativa de parte da história do movimento LGBT de Goiás, a qual seguramente transcende os limites do acervo da Associação Ipê Rosa e se conecta a um contexto mais amplo de ações individuais e de grupos organizados da sociedade civil que questionam os limites de uma sociedade organizada a partir do monopólio da experiência heterossexual. Acreditamos que tal iniciativa possa estimular a realização de projetos similares, em que a parceria entre militantes, arquivologistas e cientistas sociais mostra-se bastante frutífera para a produção de memórias relativas às lutas políticas em torno dos direitos sexuais no Brasil, para além dos limites de gavetas, caixas e pastas.

³⁵ FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. Op. cit., p. 20.

Referências

- ANJOS, Gabriele dos. Homossexualidade, direitos humanos e cidadania. *Sociologias*, ano 4, nº 7. Porto Alegre: jan/jun 2002, p. 222-252.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, n. 26. Campinas: Unicamp, 2006, p. 329-376.
- BRAZ, Camilo e MELLO, Luiz. "Éramos 9 gays, 20 policiais e a imprensa local" - narrativas (de) militantes sobre as paradas do Orgulho LGBT em Goiás. In: PASSAMANI, Guilherme Rodrigues (Org.). *(Contra)Pontos: ensaios de gênero, sexualidade e diversidade sexual. O combate à homofobia*. Campo Grande: Editora da UFMS, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. "O campo científico". In: ORTIZ, Renato (Org.). *Bourdieu – Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- CLIFFORD, James. "Museums as Contact Zones". In: *Routes*. Cambridge/London: Harvard University Press, 1997.
- DELGADO, Andréa Ferreira. Goiás: A invenção da cidade "patrimônio da humanidade". *Horizontes Antropológicos*, ano 11, n. 23. Porto Alegre: UFRGS, 2005, P. 113-141.
- FACCHINI, Regina. "Entre compassos e descompassos: um olhar para o "campo" e para a "arena" do Movimento LGBT brasileiro". *Revista Bagoas*, n. 04. Natal: UFRN, 2009, p. 131-58.
- FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. *Memória social: novas perspectivas sobre o passado*. Lisboa: Teorema, 1992.
- FRANÇA, Isadora Lins. *Cercas e pontes. O movimento GLBT e o mercado GLS na cidade de São Paulo*. Dissertação de mestrado, Antropologia Social. São Paulo: USP, 2006
- FRY, Peter. Prefácio. In: MacRae, Edward. *A construção da igualdade – identidade sexual e política no Brasil da abertura*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- MACHADO, Frederico Viana. *Muito além do arco-íris. A constituição de identidades coletivas entre a sociedade civil e o Estado*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- MACRAE, Edward. *A construção da igualdade – identidade sexual e política no Brasil da abertura*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- MELLO, Luiz. *Novas famílias: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- PEIRANO, Mariza. Onde está a Antropologia? *Mana*, v. 3, n. 2. Rio de Janeiro: 1997, p. 67-102.
- _____. "Rituais como estratégia analítica e abordagem etnográfica". In: *O Dito e o Feito*, ensaios de antropologia dos rituais. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, vol. 5, n. 10. Rio de Janeiro: 1992, p. 200-212.
- RIBEIRO, Renato Janine. Apresentação. In: ELIAS, Norbert. *O Processo civilizador – Uma História dos Costumes* (vol. 1). Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- SCHWARCS, Lilia Moritz. "Os Museus Etnográficos Brasileiros – "polvo é povo, molusco também é gente". In: _____. *O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1993.